



“Morreu d’um tiro”, “assassinado”: vidas e mortes em Pernambuco e Ceará nos idos de 1824

JUCIELDO FERREIRA ALEXANDRE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI 

PAULO HENRIQUE FONTES CADENA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO 

CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

Clio (Recife, Online), v. 42, ano 2024

<https://doi.org/10.51359/2525-5649.2024.264107>

e-ISSN: 2525-5649





“Morreu d’um Tiro”, “Assassinado”: vidas e mortes em Pernambuco e Ceará nos idos de 1824

RESUMO: Final do ano de 1823: a dissolução da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, por ordem do Imperador Dom Pedro I, faz rebentar um movimento social em favor da constituição em parte das províncias do Norte do Brasil. Ao longo do primeiro semestre do ano de 1824, os conflitos intensificaram-se na região, levando à deflagração da chamada Confederação do Equador. Apoiadores e inimigos do movimento - divididos entre disputas pelo poder e projetos díspares a respeito do embrionário Estado brasileiro - protagonizam conflitos armados violentos, especialmente nas províncias de Pernambuco e do Ceará. Assassinatos e execuções públicas foram registrados em livros paroquiais e pelos relatos memorialísticos e historiográficos das duas províncias. Este artigo trata dessas mortes em meio ao movimentado ano de 1824.

PALAVRAS-CHAVE: conflito; assassinatos; Pernambuco; Ceará; Confederação do Equador.

“Died of a shot”, “murdered”: lives and deaths in Pernambuco and Ceara in 1824

ABSTRACT: End of 1823: the dissolution of the General Constituent and Legislative Assembly, by order of Emperor Dom Pedro I, sparked a social movement in favor of the constitution in part of the provinces of Northern Brazil. Throughout the first half of 1824, conflicts intensified in the region, leading to the outbreak of the so-called Confederation of Ecuador. Supporters and enemies of the movement - divided between disputes for power and disparate projects regarding the embryonic Brazilian State - lead violent armed conflicts, especially in the provinces of Pernambuco and Ceará. Murders and public executions were recorded in parish books and in memorialistic and historiographical reports from the two provinces. This article deals with these deaths in the midst of the busy year 1824.

KEYWORDS: conflict; murders; Pernambuco; Ceará; Confederation of Ecuador.

“Morreu d’um tiro”, “assassinado”: vidas e mortes em Pernambuco e Ceará nos idos de 1824

JUCIELDO FERREIRA ALEXANDRE

PAULO HENRIQUE FONTES CADENA

Contexto e personagens de uma província em ebulição

Em 1824, o Brasil estava no caminho para se compreender como Nação. As guerras continuavam a espantar muita gente que habitava tão vasto território. Pelos idos de 1822, e não deve ter mudado muito em dois anos, “menos de um terço da população (do país) era branco. A grande maioria era constituída de negros ou mulatos. Pelo menos 30 por cento eram escravos. A estimativa mais correta do número total é talvez a de 1823: 1.147.515 escravos”¹. Devemos recordar: três portos do Brasil figuravam entre quatro primeiros das Américas que mais receberam cativos, desde o início da colonização até meados do século XIX: Rio de Janeiro (1.839.000), Salvador (1.550.000), Kingston, na Jamaica (886.000) e Recife (854.000)². O Estado que nascia se fundava na escravidão, no latifúndio e no tráfico de pessoas. O roubo da força de trabalho pelos latifundiários e endinheirados atingia gente nascida na África e, também, no Brasil, como era o caso dos indígenas, que não podem ser esquecidos em nossa formação³. Houve, sim, “experiências indígenas de participação nos movimentos políticos e nos conflitos armados em Pernambuco e Alagoas nas

¹ Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho, “O Brasil da Independência a meados do século XIX”, in Leslie Bethell, *História da América Latina: da Independência a 1870 (Vol. III)*, São Paulo: Edusp, 2009, p. 696.

² David Eltis e David Richardson, *Atlas of the transatlantic slave trade*, New Haven & Londres: Yale University Press, 2010, p. 204.

³ Maria Regina Celestino de Almeida e Vânia Maria Losada Moreira, “Os povos indígenas e a formação do Estado Nacional brasileiro”, in Vânia Maria Losada Moreira, Mariana Albuquerque Dantas et al., *Povos indígenas, Independência e Muitas Histórias*, Curitiba: CRV, 2022, pp. 123-148.

décadas de 1810 e 1820”⁴, incluindo-se, nisso, a revolução de 1824.

Marcus Carvalho, sabiamente, escreveu que “em Pernambuco, praticamente se condensaram todas as possibilidades de protesto popular em uma sociedade escravista”. Ainda disse que: “a dificuldade de isolar os homens livres pobres, os índios, os cativos e libertos em retratos conceituais fixos repete-se quando tentamos visualizar as elites locais”. O autor complementa: “A Independência em Pernambuco, como há muito observou José Honório Rodrigues, foi um processo cruento. Entre 1817 e 1824, a província foi afogada em sangue”⁵. É parte dessas mortes que veremos neste texto. Assassínatos e execuções que se deram no tempo da revolução de 1824.

Não podemos esquecer o que já informou Carvalho sobre as comunidades indígenas, das quais falamos no início deste texto: “Desde o começo da colonização que os povos nativos começaram a escolher minuciosamente as alianças que deveriam estabelecer com os conquistadores”. Complementa: “Conforme as circunstâncias, uniam-se a ‘perós’ ou ‘mairs’, a portugueses ou holandeses, a liberais ou conservadores. Em 1817 e 1824, a coroa teve a habilidade política de mobilizar e depois recompensar várias comunidades por combater os rebeldes”. Marcus Carvalho coloca que “a aliança firmada em 1817 explica a atitude dos índios do Brejo da Madre de Deus, em 1824, quando se rebelaram contra o governo de Manoel de Carvalho, dando vivas a d. João VI e matando o gado dos proprietários vinculados ao governo provincial”⁶.

Marcus Carvalho mostrou que diversas pessoas, dentre as que falamos acima, saíam, por migração, do interior à cidade. Disse: “A guerra civil de 1824 - a Confederação do Equador - certamente estancou esse processo (migratório) no Recife. Mas depois de passada a refrega, a emigração a partir do interior voltou”. O autor percebe, em sua análise, que “o declínio inexorável do algodão, a partir da metade da década de 1820, deslocou muita gente da zona da mata seca para as vilas, e dali para a capital”⁷. Mesmo com isso, Evaldo Cabral de Mello percebeu: “em 1823, 66% das exportações do Recife seguiam para a Inglaterra, a França e outros países europeus, enquanto Portugal recebia apenas 10% dela”. Segundo o historiador, “a alfândega pernambucana produzia o invejável saldo de 941 mil contos, uma vez coberto o déficit que exibia no tocante

⁴ Mariana Albuquerque Dantas, “Indígenas na Independência em Pernambuco: atualização política e Estado Nacional”, in Vânia Maria Losada Moreira, Mariana Albuquerque Dantas et al., *Povos indígenas, Independência e Muitas Histórias*, Curitiba: CRV, 2022, pp. 451-474 (p. 451).

⁵ Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, “Movimentos sociais em Pernambuco”, in Keila Grinberg e Ricardo Sales (orgs.), *O Brasil Imperial. 1831-1870, (Vol. II)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 121-183 (pp. 123-24).

⁶ Carvalho, “Movimentos sociais em Pernambuco”, p. 127.

⁷ Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, *Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife (1822-1850)*, Recife: Editora da UFPE, 2010.

a Portugal, aos Estados Unidos e à costa africana”. Ainda mais: “era nas contas com o resto do Brasil que se escoava a maior parte do excedente, devido à importação de farinha de mandioca, cuja produção local tornara-se insuficiente em decorrência do plantio do algodão, e de charque gaúcho, mais caro que a carne-seca do Ceará”. Continua a sua exposição: “no comércio com o Brasil, Pernambuco tivesse (tinha) saldo negativo de 394 mil contos, o que ainda lhe deixava um excedente de 575 mil contos, do qual boa parte era enviada ao Rio de Janeiro, a título de transferência de fundos públicos”. Isso faz compreender a quem nos lê “o caráter instável e politicamente radical que caracterizou o processo de Independência na área do entreposto recifense”. As localidades do cultivo do algodão e as “antigas capitânicas anexas, que havia há pouco ganhado autonomia, comportavam-se com um zelo emancipacionista”⁸. Mesmo dentro de Pernambuco e das suas ex-capitânicas anexas havia quem apoiasse o governo vigente no Rio de Janeiro. As vontades rebeldes nunca foram unânimes.

Tendo como referência o cenário acima, Carvalho aponta como deveria ser, aproximadamente, a população do Recife em 1828: “Em 1828, havia 17.743 ‘livres’, e 7.935 escravos, distribuídos entre os três bairros” do Recife, Boa Vista e Santo Antônio. “A maioria da população do Recife, quase setenta por cento, era composta de cidadãos livres e libertos (...). Essa é a visão da cidade como um todo”⁹. Como 1824 não estava tão distante de 1828, a cidade deve ter mudado pouco de feição nesse intervalo.

Se a população e a economia pareciam não se entender desde a Independência, ou até mesmo antes dela, entre 1823 e 1824 alguns acontecimentos acirrariam ainda mais os processos de desentendimento. Ainda em abril de 1823, a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil se reuniria para as sessões preparatórias¹⁰. Ela havia sido convocada em 3 de junho de 1822 e foi instaurada em 3 de maio de 1823¹¹, com presença do Imperador, que disse: “espero que a Constituição que façais mereça a minha imperial aceitação”¹². Pedro I colocava que o texto deveria ser digno dele próprio¹³. As discordâncias eram inúmeras. “José Bonifácio e seus irmãos fundaram *O Tamoio*, erguendo a bandeira da oposição não só contra os democratas, mas também contra aqueles que se mostravam favoráveis a um poder autoritário”¹⁴. O controle ia saindo das mãos de Pedro I. No dia 12 de novembro de 1823, “vendo

⁸ Evaldo Cabral de Mello, *A Ferida de Narciso: ensaio de história regional*, São Paulo: Senac, 2001, p. 73.

⁹ Carvalho, *Liberdade*, p. 57.

¹⁰ João Armitage, *História do Brasil*, Brasília: Senado Federal, 2011, p. 135.

¹¹ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. “A vida política”, in Alberto da Costa e Silva (org.), *Crise Colonial e Independência (1808-1830)*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 75-113. (p. 101).

¹² *Falas do trono de Dom Pedro I, Dom Pedro II e Princesa Isabel*, Brasília: Senado Federal, 2019, p. 39.

¹³ Neves, “A vida política”, p. 101.

¹⁴ Neves, “A vida política”, p. 101.

o Imperador que os três irmãos (Antonio Carlos, Martim Francisco, José Bonifácio Andrada) continuavam a predominar, montou a cavalo, e veio à cidade à frente de um corpo de cavalaria”. O Imperador queria amedrontar os deputados que estavam na Assembleia. Fez “cercar o paço da Câmara por uma força militar, com artilharia, mandou pelo brigadeiro Morais uma ordem para que se dissolvesse a assembleia imediatamente”¹⁵. Os irmãos Andrada foram presos, junto aos deputados Rocha e Montezuma. Assim, foram “conduzidos para uma embarcação pronta a fazer-se de vela, e transportados para a França”¹⁶.

O inglês João Armitage, escrevendo na década de 1830, disse que “no decreto da dissolução declarou Sua Majestade que tinha lançado mão desta medida pelo perjúrio da assembleia”¹⁷. Segundo Armitage, em 26 de novembro de 1823, foi nomeada uma “comissão especial” de dez sujeitos para redigir a nova constituição¹⁸. Os deputados iam voltando às suas províncias. Quem recebia as notícias do fechamento da Constituinte em nada ia gostando.

Em 25 de dezembro de 1823, o frade carmelita pernambucano Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca, indignado, escrevia em seu jornal, *O Thyphis Pernambucano*: “Acorda, pois, oh Pernambuco, do letargo em que jazes! Atenta os verdadeiros interesses, vê o perigo; olha o medonho nevoeiro que se levanta do sul, e que se vai desfechar em desastrosa tempestade (...)”¹⁹. E completava: “Amanheceu nesta corte o lutuoso dia 12 de novembro, dia nefasto para a liberdade do Brasil e sua independência”²⁰. Caneca denunciava. Bradava²¹.

Não é absurdo imaginarmos a seguinte cena: o padre frei Joaquim do Amor Divino, revestido do hábito marrom dos carmelitas, encimado pelo escapulário; paramentado com sobrepeliz, manípulo, estola cruzada sobre o peito e casula: tudo como mandava o ritual romano. Após ler o Evangelho, o frei depunha a casula e a entregava a um subdiácono e subia aos púlpitos laterais da Igreja Conventual de Nossa Senhora do Carmo, ou, até, em outro templo próximo: o Santíssimo Sacramento de Santo Antônio. Devia fazer uma pregação inflamada, misturando política e religião. Falava do Imperador e das suas arbitrariedades. Depois descia do púlpito, se revestia da casula e seguia a missa. Mas as anotações do sermão deveriam virar as páginas do *Thyphis Pernambucano* de amanhã. E o eco do que se falou na igreja atingiria as leituras

¹⁵ Armitage, *História do Brasil*, p. 135.

¹⁶ Armitage, *História do Brasil*, p. 144

¹⁷ Armitage, *História do Brasil*, p. 149.

¹⁸ Armitage, *História do Brasil*, p. 149.

¹⁹ Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca, *O Thyphis Pernambucano*, 25 dez. 1823, in Evaldo Cabral de Mello (org.), *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: 34, 2001, pp. 303-310 (p. 303).

²⁰ Caneca, *O Thyphis Pernambucano*, p. 304.

²¹ Neves, “A vida política”, p. 104.

públicas do periódico do religioso. Muito mais gente saberia o que aquele carmelita disse. E como replica o ditado popular que “praga de padre pega”, a de Caneca pegou. Inclusive a ele mesmo, que morreu pela boca e pela pena.

Um pouco antes de Caneca escrever o seu número do *Thyphis*, sob a presidência da Junta de Governo de Pernambuco, em 13 de dezembro de 1823, houve eleição para a presidência de nova Junta, vencida por Manuel de Carvalho. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, nessa eleição “não havia nada que envolvesse qualquer desafio à autoridade do imperador”²². Em 8 de janeiro de 1824, os eleitores das paróquias confirmaram a eleição de Manuel de Carvalho²³. O escritor descreve Manoel de Carvalho Pais de Andrade. Replicaremos parte desta descrição por ser útil a quem lê e a nós mesmos: “(...) Manuel de Carvalho Pais de Andrade era um homem rico. Filho de um burocrata reinol casado em família da terra, participara da Revolução de 1817 com o irmão Francisco, refugiando-se nos Estados Unidos”. Foi para aquelas terras pois “se enfrontara no constitucionalismo dos Pais Fundadores”. Mas a história é um pouco mais grave:

O exílio teria feito dele (na caracterização de um parente, “um americano nas ideais, nos modos e nos costumes (...) ao ponto de abandonar a sua mulher, filha do barão de Itamaracá e sua prima, para ir viver com uma americana com quem mais tarde se casou em segundas núpcias e da qual teve três filhas, que batizou com os nomes de Estados Americanos”²⁴.

Mas se Manoel de Carvalho Pais de Andrade se americanizava, um problema existia em torno de sua posse junto à eleição de dezembro de 1823 e a confirmação em janeiro de 1824: “até esse momento, não havia notícia certa da nomeação de Francisco Paes Barreto para a presidência da província. A carta imperial tivera a data de 25 de novembro, mas sofrerá alguma demora na expedição”²⁵. Em 2 de fevereiro, Paes Barreto envia ofício a Carvalho informando da sua nomeação. As refregas entre os dois serão imensas. Carvalho não entrega o poder. Segundo Evaldo Cabral de Mello:

Quando Carvalho assumiu o poder, a questão imediata dizia respeito à chegada do presidente (Paes Barreto) de nomeação imperial, que, ao comunicar a D. Pedro os

²² Barbosa Lima Sobrinho, *Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador*, Recife: CEPE, 2022, p. 189.

²³ Sobrinho, *Pernambuco*, p.190.

²⁴ Evaldo Cabral de Mello, *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, São Paulo: Editora 34, 2004, p. 163.

²⁵ Sobrinho, *Pernambuco*, p. 191.

eventos do dia 13, rogou fosse designado imediatamente, por não possuir a junta temporária o traquejo da governação²⁶.

A 20 de março de 1824, os comandantes dos batalhões de caçadores prendem Manoel de Carvalho na fortaleza do Brum²⁷. Mas, já em 1º de abril, Manoel de Carvalho Paes de Andrade voltava ao Recife, triunfante. Ao saber que Paes Barreto estava com problemas para assumir o poder, Pedro I envia um bloqueio naval ao Recife, iniciado em 7 de abril de 1824²⁸.

A decretação do bloqueio trouxe apreensão sobre a população de Recife e Olinda. Neste cenário, autoridades eclesiásticas manifestaram-se. O Deão, Bernardo Luiz Ferreira, e o Cabido da Diocese de Olinda reuniram-se no dia 13 de abril. Registraram, no livro do Cabido, o mote do encontro: “os Reverendos Capitulares, e o clero das freguesias circunvizinhas (se reuniram) para deliberarem se a província estava ou não rebelada”²⁹. Os sacerdotes pediam ao Imperador que “se apiedasse deste povo e (a)o comandante do bloqueio, para que não continuasse com as hostilidades”. Declararam “que a Província não estava rebelada, que devia dar prova à Sua Majestade Imperial e Constitucional que se apiedasse de seu povo, que o (...) respeita”³⁰. Ao mesmo tempo, o Cabido solicitava que o bispo Thomaz de Noronha e Brito, nomeado desde 1823, tomasse posse de seu cargo.

Aos 14 de maio de 1824, Clemente Ferreira França responde em nome do imperador ao Cabido de Olinda, dizendo que, vendo a situação de “uma tão bela, e interessante província, próxima a dilacerar-se pelo funesto contraste de partidos opostos”³¹, nomeara novo presidente: José Carlos Mayrink da Silva Ferrão. Disse ainda a resposta:

Tem igualmente mandado expedir as convenientes ordens ao comandante do bloqueio João Taylor, para o levantar, apenas for investido no seu cargo o sobredito novo presidente: quanto à ida do Reverendo Bispo de Cochim, nomeado Governador daquele bispado, que também suplicaram, manda Sua Majestade Imperial outrossim responder, que poderá efetuar-se logo que a província,

²⁶ Mello, *A outra Independência*, p. 165.

²⁷ Sobrinho, *Pernambuco*, p. 212.

²⁸ Sobrinho, *Pernambuco*, p. 218.

²⁹ Arquivo Dom José Lamartine da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Olinda e Recife (ADL), Recife, *Sessões do Cabido (1822 a 1881)*.

³⁰ ADL, *Sessões do Cabido (1822 a 1881)*.

³¹ ADL, *Cabido e clero pedem Imperial piedade (14 mai. 1824)*, Ofício nº 104, Ministério da Justiça, Cópia datilografada.

livre dos horrores da anarquia, estiver completamente sossegada.³²

A questão da posse do bispo era vista como essencial para o Cabido e para o governo imperial. Em 28 de julho de 1824, quando o fogo da Confederação do Equador já ia alto, Clemente Ferreira França escreveu a D. Thomaz de Noronha e Brito, em nome de Pedro I, dizendo que prelado deveria entrar no território do seu bispado. As autoridades imperiais esperavam do prelado uma ação decisiva e rápida:

(...) procure logo que entrar nos limites da sua diocese, por meio de missões, chamar os povos à necessária união e devida obediência à pessoa augusta do mesmo senhor, e às suas imperiais ordens, com firme adesão à sagrada causa do Império, e governo, que felizmente nos rege, fazendo-os entrar no verdadeiro conhecimento dos males, que têm acarretado sobre aquela bela província e seus habitantes a facção desorganizadora, de que é chefe o rebelde Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Sua Majestade espera que o mesmo reverendo bispo, pelas suas luzes e virtudes, conseguirá extirpar de todo os ódios e rivalidades, que tanto têm dilacerado a referida província, e restabelecer entre os seus habitantes a paz, e o amor que é a verdadeira essência da lei evangélica.³³

O problema é que D. Thomaz só entra em Olinda em 1825, revelando o medo que ainda havia entre Recife e aquela localidade.

Ante a ausência do bispo, o Deão e Cabido seguiam com a função de administrar a diocese em meio ao conflito revolucionário. Em 20 de setembro de 1824, o cabido escuta do Deão que “havia recebido uma participação do Excelentíssimo Brigadeiro do Exército Pacificador deste bispado (Francisco de Lima e Silva)”³⁴, solicitando recursos financeiros. O Cabido define “que se desse quatrocentos mil réis (...) sendo do corpo capitular, e trezentos, dos (...) da Mitra”. Já aos 19 de novembro do mesmo ano, Francisco de Lima e Silva pede um empréstimo e “todos (do Cabido) concordamente anuímos ao dito empréstimo, e se ordenou que se remetesse toda a quantia que seria retirada do

³² ADL, *Cabido e clero pedem Imperial piedade (14 mai. 1824)*, Ofício nº 104, Ministério da Justiça, Cópia datilografada.

³³ ADL, *Recomenda ao Governador do Bispado de Pernambuco, que por meio de Missões chame os Povos de sua Diocese à devida obediência às ordens do Governo Imperial (28 jul. 1824)*, Ofício nº 165, Ministério da Justiça, Cópia datilografada

³⁴ ADL, *Sessões do Cabido (1822 a 1881)*.

cofre da Mitra”³⁵. Ou seja: o dinheiro diocesano financiava parte da repressão ao movimento que contestava à ordem imperial.

Ainda era 24 de setembro de 1824, quando os membros do Cabido, como sempre, a toque de sino, reuniram-se na Catedral. Os capitulares colocaram que o Deão Bernardo Luiz Ferreira e o padre Manoel Ignácio de Carvalho não poderiam governar mais o bispado, “por carta do Excelentíssimo Senhor Bispo de Olinda”³⁶. Assim, o lugar ficava com o chantre Jerônimo Gonçalves. Talvez, o que tenha ocorrido, era a desconfiança do bispo e das autoridades imperiais pelo histórico revolucionário do padre Bernardo Luiz Ferreira, posto que, após a independência do Brasil, deixou de usar o nome completo: Bernardo Luiz Ferreira Portugal. Ele participou ativamente da Revolução de 1817, pelo que pagou sendo preso na Bahia. Chegou, inclusive, a correr o risco de ser executado pela participação no movimento. Sobreviveu porque as Cortes Constitucionais de Lisboa concederam ampla anistia aos revolucionários pernambucanos presos em Salvador. Ainda mais: o deão era um estrategista. Segundo o padre Dias Martins, “dando em provas documentos, e um testamento feito no calor da revolução, e guardado no convento de S. Francisco de Olinda, no qual se declarava vassalo fiel do rei D. João VI, instituindo-o por herdeiro”³⁷, não lhe ocorreu a morte.

Libertado do cárcere, Bernardo Luiz não saiu logo da Bahia. O padre Joaquim Dias Martins colocou que se deveu ao Deão grande parte daquilo que aconteceu aos 10 de fevereiro de 1821, “em que a Bahia se rebelou contra a corte do Rio de Janeiro, proclamando e aderindo às cortes de Portugal”³⁸. O professor Dias Tavares lembrou que “acredita-se que a conspiração para (...) o 10 de fevereiro de 1821 originou-se na prisão (...) onde se encontravam os presos políticos da revolução de 1817 em Pernambuco”³⁹.

Tendo voltado a Pernambuco, o Deão de Olinda, nos dias de 1822, vacilou entre as investidas de D. Pedro e das Cortes. Era 29 de julho de 1822 quando o cabido de Olinda se reuniu para tratar de algumas questões quanto ao constitucionalismo. Deveriam tomar algumas decisões sobre “uma convocação dos povos Brasileiros em um mesmo conselho pela representação dos Deputados”⁴⁰. Colocavam os padres capitulares que deveriam decidir sobre o problema “que é a da inteira independência de Portugal para entrar na categoria de Nação livre e independente”; mas “convinha a esta província aderir à nova ordem”, com “Deputados revestidos do caráter da Soberania Provincial

³⁵ ADL, *Sessões do Cabido (1822 a 1881)*.

³⁶ ADL, *Sessões do Cabido (1822 a 1881)*.

³⁷ Joaquim Dias Martins (Pe.), *Os mártires pernambucanos de 1710 e 1817*, Recife: CEPE, 2022, p. 200.

³⁸ Martins, *Os mártires*, p. 200.

³⁹ Luís Henrique Dias Tavares, *História da Bahia*, São Paulo: Unesp, 2020.

⁴⁰ ADL, *Sessões do Cabido (1822 a 1881)*.

(...) para formarem uma nova constituição em primeiro e terem assim intimado as Cortes Nacionais, existentes em Portugal, como parecia convir a um Povo Brioso, Generoso e Civil”⁴¹.

No mesmo dia 29 de julho de 1822, o Deão da Catedral, o nosso já conhecido Bernardo Luís Ferreira Portugal, opinava que pensava serem as “pretensões de Sua Alteza Real” “puras” e “que teriam a felicidade geral da Ilustre Nação Portuguesa e a conservação da estreita união entre os dois hemisférios”⁴². Talvez os anos que ficou preso na Bahia o tenham feito pensar mais na manutenção do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sem esses arroubos de liberdade externados em 1817. Disse o Deão, na reunião do cabido de 29 de julho de 1822, em fala separada, que a Comissão a ser eleita reveria as bases da “Constituição feitas pelas Cortes Constituintes e Legislativas de Portugal”, com o intuito de reformar as medidas consideradas contrárias “ao bom ser do Brasil”. O que queria, na verdade, Bernardo Portugal era uma conciliação entre as partes litigantes; mas que “Sua Alteza Real (mantivesse) com a sua Ilustre Família e Reinos Europeus” extremada união⁴³.

O Deão Bernardo Portugal admitia que, naquele momento, queria a união das coroas, a paz entre a família de D. Pedro, mesmo com uma constituinte brasílica; todavia, que se percebesse a soberania, também, para o Brasil. Só que, aos 10 de dezembro de 1822, a toque de sino, como era de costume, os capitulares se reuniram novamente, para aprovar requerimentos. O Deão Bernardo Portugal, colocou, durante a reunião, que recebeu alguns decretos do Sul a ele coligados. Em geral os documentos falavam da aclamação do Príncipe Regente como Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil. Na Catedral de Olinda celebrou-se uma missa e ação de graças ao “Ente Supremo pelo ato solene da aclamação”. O ato teve a presença de representantes do Recife, de Olinda e da Cidade da Paraíba. Na ocasião, o Deão ordenava aos Párocos “que ensinassem os quadros a obedecerem ao Imperador (...) do que se lesse na Coleta desta Catedral o Nome do Imperador, Imperatriz, Sucessor e Família”⁴⁴. Assim, o clero regular e secular deveria seguir o exemplo da Catedral de Olinda, durante as orações de coleta e por meio de deprecações voltadas à família imperial.

Vamos percebendo que o clero e o Deão iam aderindo à Independência do Brasil. A partir desse momento, Bernardo Luiz abandonou o sobrenome Portugal. Se alguns meses antes o Deão parecia aferrado à ideia de Reino Unido, os acontecimentos políticos que levaram à Independência faziam o sacerdote

⁴¹ ADL, *Sessões do Cabido (1822 a 1881)*.

⁴² ADL, *Sessões do Cabido (1822 a 1881)*.

⁴³ ADL, *Sessões do Cabido (1822 a 1881)*.

⁴⁴ ADL, *Sessões do Cabido (1822 a 1881)*.

recalcular a sua rota e o discurso que pronunciava. Chama a atenção já perceberem orações pelo Sucessor, como se descreve nas atas do Cabido⁴⁵.

Mas, em Pernambuco, muitas águas ainda rolariam entre 1822 e 1824. Segundo Evaldo Cabral de Mello, o deão pulara de pé a pé entre 1823 e 1824, tendo participado do governo de Paes Barreto e assinado a representação do cabido, em abril de 1824, em defesa de Paes de Andrade⁴⁶. Portanto, quando em 24 de setembro de 1824, o deão foi afastado do governo da Diocese, havia uma desconfiança sobre a real fidelidade dele ao imperador, a quem aderira em 1822.

Enquanto o Deão era alvo de desconfiança, os fatos políticos se sucediam. O decreto imperial que nomeava presidente a José Carlos Mayrink da Silva Ferrão fora emitido desde final de abril de 1824. Disse Barbosa Lima Sobrinho: “do lado de Manoel de Carvalho, não faltaram medidas, para assegurar a posse de José Carlos Mayrink. Quem não quis aceitar o cargo, foi Mayrink”⁴⁷.

Nesse imbróglio, devemos pensar em um problema: a Constituição. Armitage disse:

O projeto da nova constituição outorgada pelo Imperador, publicou-se nos primeiros dias de 1824; mas não se cumpriu a promessa feita de que seria submetida à aprovação, de uma Assembleia Nacional. Remeteram-se cópias dela às Câmaras Municipais das diversas províncias, e como se julgasse que a pluralidade se pronunciará a favor da sua adoção, o Imperador, a Imperatriz, o bispo do Rio (de Janeiro), e a Câmara Municipal, a juraram em 25 de março seguinte.⁴⁸

Lúcia Neves aponta que a Constituição outorgada não era muito diferente da anterior; mas “trazia uma diferença fundamental: não emanava da representação da nação, mas era concedida pela magnanimidade do soberano, tendo sido elaborada por um conselho de Estado, instituído pelo imperador”⁴⁹. A historiadora ainda complementa: “as províncias do Nordeste, há muito insatisfeitas com a política da corte, (...) manifestaram-se em uma nova explosão revolucionária. A nomeação por Pedro I de um presidente indesejado para a província de Pernambuco forneceu o pretexto para a revolta”⁵⁰.

João Armitage colocou que “o presidente (Manoel de Carvalho) proclamou em 2 de julho (de 1824 a Confederação do Equador), denunciando a

⁴⁵ ADL, *Sessões do Cabido (1822 a 1881)*.

⁴⁶ Mello, *A outra Independência*.

⁴⁷ Sobrinho, *Pernambuco*, p. 237.

⁴⁸ Armitage, *História do Brasil*, p. 135.

⁴⁹ Neves, “A vida política”, p. 104.

⁵⁰ Neves, “A vida política”, p. 104.

D. Pedro como traidor, e dizendo que as suas intenções eram abandonar o Brasil aos portugueses⁵¹. Barbosa Lima indicou que “a dissolução da Assembleia Constituinte fora o anúncio da traição ou o começo do abandono”⁵². O manifesto de 2 de julho terminava com “Viva a Confederação do Equador”. Ainda para o mesmo escritor: “era a consagração de um programa nitidamente federativo. A ideia republicana é mais insinuada do que declarada”⁵³. Já Lúcia Neves afirmou que o movimento “pretendia reunir, sob a forma de um governo federativo e republicano, além de Pernambuco, as províncias do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e, possivelmente, do Piauí e do Pará”⁵⁴.

Expliquemos melhor a questão do dia 2 de julho, tendo em conta a história do Coronel José de Barros Falcão de Lacerda. Ele esteve preso na Bahia pelos mesmos motivos dos revolucionários de 1817, como o Deão Bernardo Luiz. Quando da guerra da Independência da Bahia, o exército chamado "pacificador" saiu em julho de 1822 do Rio de Janeiro e "incorporou 250 homens (de Pernambuco), dentre os quais se destaca o coronel José de Barros Falcão de Lacerda", como informou Dias Tavares⁵⁵. Assim, no dia 2 de julho de 1823, Barros Falcão estava lutando na Bahia, pela Independência. Ainda ficará por lá até o fim daquele ano. Só aos 12 de dezembro de 1823 assumiu o governo de armas da província de Pernambuco, estando nomeado desde 22 de novembro⁵⁶.

Barros Falcão encontrou Pernambuco em agitação fervorosa. Pedro I havia nomeado o Morgado do Cabo - Francisco Pais Barreto - como Presidente da Província; todavia, o grande conselho havia votado e eleito Manoel de Carvalho Paes de Andrade como seu presidente, como já vimos. As refregas se estenderiam arduamente e Barros Falcão deixaria de lado a amizade com o Morgado, que foi seu colega de cadeia na Bahia, e se aliaria a Paes de Andrade. Em 2 de julho de 1824, a Confederação do Equador era proclamada, com o apoio de Barros Falcão⁵⁷. Há uma hipótese que pode ser levantada: o 2 de julho pernambucano era uma lembrança daquele da Bahia, marcando um novo período de independência, com uma constituição que não fosse outorgada⁵⁸. Talvez uma ideia proferida por Barros Falcão, que viveu a guerra da Bahia de forma intensa.

⁵¹ Armitage, *História do Brasil*, p. 171.

⁵² Sobrinho, *Pernambuco*, p. 245.

⁵³ Sobrinho, *Pernambuco*, p. 246.

⁵⁴ Neves, “A vida política”, p. 105.

⁵⁵ Tavares, *História da Bahia*.

⁵⁶ Tavares, *História da Bahia*.

⁵⁷ Sobrinho, *Pernambuco*.

⁵⁸ A hipótese sobre a escolha do 2 de julho pernambucano fazer referência ao 2 de julho baiano foi oralizada por Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, durante sua palestra no Seminário Nacional Confederação do Equador e os desafios da cidadania e do republicanismo no Brasil (1824-2024), realizado em Recife, em agosto de 2024.

Em dezembro de 1824, quando as forças imperiais já haviam entregado Pernambuco ao Imperador, Barros Falcão e Manoel de Carvalho fogem para o exterior, posto já estarem com sentenças de morte assinadas. Falcão só retornou ao Brasil em 1831, após a saída de D. Pedro e da anistia que recebera.

O Coronel José de Barros Falcão de Lacerda faleceu aos 22 de julho de 1851. É importante perceber que a sua necrologia foi publicada várias vezes desde aquele ano, passando por 1852 e 1853. Na quarta-feira 7 de setembro de 1853, o periódico *O Liberal Pernambucano* gastou 7 colunas suas das 16 que eram divididas em 4 páginas só para afirmar que o verdadeiro herói da independência era Barros Falcão. Repetiu o texto fúnebre e as correspondências publicadas em 1851. Alguém que assinou como "O Respeitador do Mérito" colocava:

Se o dia 7 de setembro é um dia de recordações gloriosas, seja-nos lícito lembrar o nome de um homem que grande parte tomou na nossa independência (...) Sr. Coronel José de Barros Falcão de Lacerda (...) Que pois se orgulhe a (sua) família; (...) o nome desse veterano (da independência) vive na memória de seus patrícios.⁵⁹

Já a "Necrologia do coronel José de Barros", escrita em novembro de 1851 por J. I. A. L e replicada no 7 de setembro de 1853, passava a vida do Coronel à limpo, defendendo-o dos dias de 1817 e 1824, como sendo levado pela onda revolucionária. Ao mesmo tempo, exaltava os dias na Bahia: "Foi o Coronel José de Barros o primeiro, que escarmentou a ousadia dos portugueses na Bahia, reduzindo-os a suas linhas; foi também o primeiro que saudou com os vivas da vitória as portas daquela antiga metrópole brasileira, e foi plantar em seu seio o pendão da independência"⁶⁰. Retirando os exageros do escritor, percebemos que Barros Falcão era visto como um libertador. E podemos até levantar a hipótese de que o jornal falava do 2 de julho da Bahia visando o 2 de julho de Pernambuco. É no mínimo estranho que, depois de 2 anos da morte de Barros Falcão, seu nome venha à tona no dia comemorativo da independência. Para "O liberal pernambucano" o recado estava dado: o revolucionário era mais importante que os conservadores do Império.

A fuga do, na opinião do *O Liberal Pernambucano*, heroico Barros Falcão para o exterior coincidiu com a derrota da Confederação do Equador, no final do segundo semestre de 1824. Mas, se alguns fugiram, outros ficaram – por vontade própria ou por falta de opção – e morreram naquele ano, sendo a favor ou contra o governo de Manoel de Carvalho. Nas outras províncias do Norte, a

⁵⁹ *O Liberal Pernambucano*, Recife, 7 set. 1853, p. 1.

⁶⁰ *O Liberal Pernambucano*, 7 set. 1853, p. 1.

mesma coisa ia acontecendo. No Ceará, os adeptos ou inimigos do governo de Tristão Gonçalves protagonizaram cenas de carnificina, indiciando o grau de violência do conflito. Muitos dos mortos de 1824 permanecem anônimos. Ainda sobraram mortes para 1825, dessa vez de nomes rumorosos, como Frei Caneca e Padre Mororó, executados após serem julgados pelos papéis de destaque desempenhados no movimento. Este artigo pretende apresentar algumas pessoas que foram abatidas por causa da revolução, partindo de livros de óbito ou de memorialistas que guardam impressões sobre alguns desses sujeitos.

Morrer no Recife em dias de Confederação do Equador

Foi em 5 de agosto de 1824, que faleceu Caetano Camelo Pessoa de Lacerda. Era um homem branco, como tantos outros naqueles dias. Morria sem os sacramentos, o que era uma preocupação religiosa a mais para a família que perdia aquele ente querido⁶¹. Teria de rezar mais para aquela alma que ninguém sabia para onde ia. Missas, Pater Noster, Ave Marias seriam escutados juntos aos lamentos. Caetano era solteiro e morria aos 43 anos. A forma que partia da vida presente fez o vigário Antonio Francisco Monteiro registrá-la: “assassinado”. Ele morria no Engenho Monteiro e era encomendado solenemente e sepultado em hábito do Carmo na capela de São Pantaleão do próprio engenho onde teve a vida ceifada⁶². Muitas pessoas faleceram em agosto de 1824. Mas nem todas foram assassinadas. O padre escrivão deixou uma pista para quem quisesse perceber mais daquele sujeito. Entretanto, não pensemos que o ato sacerdotal fosse incomum. Disse o nome do pai do defunto: José Camelo Pessoa de Lacerda. E se não fosse esse indício, saberíamos pouco sobre o filho.

Carlo Ginzburg já indicou que o nome é algo exclusivo do sujeito. E assim, quando é possível, devemos rastreá-lo⁶³. O jornal *Gazeta Universal*, de Lisboa, colocou que Luiz do Rego Barreto havia nomeado uma comissão de conselheiros junta ao governo, em 31 de março de 1821, donde José Camello Pessoa de Lacerda aparecia na classe da agricultura. Assim, aquele sujeito trabalhou junto a Luiz do Rego e Antonio da Silva e Companhia⁶⁴ que estava na

⁶¹ João José Reis, *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁶² ADL, *Livro de Óbitos do Poço da Panela*.

⁶³ Carlo Ginzburg, “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, in Carlo Ginzburg, Enrico Castelnuovo e Carlo Poni (orgs.), *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa: Difel, 1989, pp. 169-178.

⁶⁴ Para saber mais sobre Antonio da Silva e Companhia ver Carvalho, *Liberdade*.

classe do comércio⁶⁵ e foi famoso comerciante de gente no Recife do Oitocentos.

José Camello era dono do Engenho Monteiro, onde morreu o seu filho legítimo. Foi procurador de José Camello seu genro, João do Rego Barros e Mello, que tem a excelente característica apresentada pelo *Diário de Pernambuco* em 1835: estava em estado de sandice⁶⁶. Ou seja: o homem estava louco.

Devemos lembrar de um detalhe: José Camello Pessoa de Lacerda foi substituto de Manoel Zeferino dos Santos naquela junta de Luiz do Rego. Quando, a 7 de junho de 1821, se deu a eleição dos deputados às Cortes Portuguesas, em Olinda, os eleitos foram Pedro de Araújo Lima, Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, Inácio Pinto de Almeida e Castro, Manoel Félix de Veras, João Ferreira da Silva, Felix José Tavares de Lyra, Francisco Muniz Tavares e Manoel Zeferino dos Santos⁶⁷.

Se sabemos tão pouco das relações entre os sujeitos das Cortes de Lisboa, conhecemos melhor os laços dos deputados Pedro de Araújo Lima e Manoel Zeferino dos Santos. As cartas trocadas entre eles foram muitas. Havia confiança mútua: Zeferino enviou três filhos para a França sob os olhos de Araújo Lima⁶⁸. Curioso é esse, se podemos assim chamar, conselho, dado por Zeferino: “Meu estimado amigo, é mau ter filhos, ou fazê-los imprudentemente, mas depois de cometer este erro é pior não cuidar deles⁶⁹”. Era com essa frase tão motivadora que ele abriria uma carta de 1825. Era o momento em que mandava dois filhos, depois do primeiro, para serem educados na Europa. A preocupação de Zeferino era igual a de muitos pais dos nossos dias: “e muito desejo que aprendam também o Inglês⁷⁰”. Essa profusão de nomes pode parecer confusa a quem escuta de primeira linha. Mas, estamos aqui, formando uma malha, para melhor compreender o que aconteceu com Caetano Camello Pessoa de Lacerda.

Observemos que a data da morte é 5 de agosto de 1824. Pernambuco fervilhava com as ações políticas da chamada Confederação do Equador, cujo contexto apresentamos no primeiro tópico desse artigo. Ao que parece, Caetano morreu - assassinado - no meio da rusga entre aqueles que aceitavam o governo de Manoel de Carvalho Paes de Andrade e aqueles que o rejeitavam. Não

⁶⁵ *Gazeta Universal*, Lisboa, 28 jun. 1821, p. 2.

⁶⁶ *Diário de Pernambuco*, Recife, 21 ago. 1835, p. 3.

⁶⁷ *Organizações e Programmas Ministeriaes desde 1822 a 1889*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p 268.

⁶⁸ Paulo Henrique Fontes Cadena, "O vice-rei: Pedro de Araújo Lima e a governança do Brasil no século XIX", Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018, <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30700>.

⁶⁹ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro, Arquivo Marquês de Olinda, Lata 208, Doc 11, *Carta de Manoel Zeferino dos Santos para Pedro de Araújo Lima*, Pernambuco, 21 nov. 1825.

⁷⁰ IHGB, Arquivo Marquês de Olinda, Lata 208, Doc 11, *Carta de Manoel Zeferino dos Santos para Pedro de Araújo Lima*, Pernambuco, 21 nov. 1825.

sabemos bem de que lado estava Caetano. Mas o fato de ser assassinado no meio da confusão e de ser filho de personagem enredado com pessoas da política e economia pernambucanas, indica que a luta estava na ordem do dia.

Maria Graham coloca que, naquele mês, Pernambuco estava em uma só agitação⁷¹. A viajante inglesa conheceu Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Colocou que “fala bem o inglês e parece homem notável”⁷². Tentou reverter os conflitos em apoio a Pedro I: mas nada adiantou. Disse ela sobre Paes de Andrade:

olhei para algumas de suas tropas, - meninos de 10 anos e negros de cabeça branca. Declarou-me que ele e seu partido nunca cederiam senão nos seguintes termos: que a Assembleia constituinte, com os mesmos membros que a compunham, seria convocada de novo; que a reunião se daria em qualquer lugar menos no Rio de Janeiro, fora do alcance das tropas imperiais. Que ele estava resolvido a tornar o Brasil livre, ou morrer no campo da glória⁷³.

Ainda escreveu a inglesa: “fiquei aflita por deixá-lo sem realizar o que esperava. Ai de mim, os homens serão sempre insensíveis ao sangue!”⁷⁴. Se foi assim, mesmo considerando algum exagero próprio da linguagem dos viajantes, Graham percebeu que a coisa não estava lá caminhando muito bem.

Muita gente morria. Não era só Caetano. Aos 12 de agosto de 1824, na freguesia do Sacramento de Santo Antônio, morreu assassinado José de Leona, um pardo solteiro, que estava com 26 anos e foi sepultado na Igreja do Livramento, em hábito branco⁷⁵. Já em setembro de 1824, no dia 12, um mês depois da morte de José, faleceu, também assassinado, Joaquim José Gomes, um branco solteiro natural do Porto, com apenas 22 anos. Sua sepultura foi dada na Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio⁷⁶. Pode ser que ele faça parte daquilo que redigiu Maria Graham: “diversos pacíficos comerciantes portugueses foram mortos e se qualquer deles, assustado, corre na rua é tido como suspeito e perseguido, com poucas possibilidades de escapar”⁷⁷.

Um dos mais exaltados sujeitos que escreveram e lutaram na Confederação do Equador foi o frei carmelita Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca. Segundo Evaldo Cabral de Mello, “a ascendência do frei Caneca não

⁷¹ Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, Belo Horizonte: Garnier, 2021, p. 390.

⁷² Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, p. 390.

⁷³ Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, p. 393.

⁷⁴ Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, p. 394.

⁷⁵ ADL, *Livro de Óbitos da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio (1818-1826)*.

⁷⁶ ADL, *Livro de Óbitos da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio (1818-1826)*.

⁷⁷ Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, p. 392.

era só reinol; era também popular⁷⁸". Sua verve revolucionária iniciaria um pouco tarde: nos dias de 1817 ele já estava com 37 anos, quase 38⁷⁹. Mas, em meio a isso, não podemos esquecer: o religioso era um grande estudioso. Deve ter consumido as bibliotecas dos Oratorianos, do Seminário de Olinda e do próprio convento em que residia: o Carmo do Recife. Como disse Cabral de Mello, frei Caneca "tomou hábito em 1796, professou (votos) em 1797 e ordenou-se em 1801, para o que teve de alcançar dispensa apostólica, de vez que contava apenas 22 anos⁸⁰". Com isso, podemos perceber o seu fervor pelos livros. Para tornar-se sacerdote, era necessário que o homem provasse ser conhecedor de uma série de matérias litúrgicas e civis.

Não era apenas pelos livros que o frei se apaixonava. Como informou Cabral de Mello, "é lícito (...) conjecturar que date dos meados da segunda década de oitocentos a relação amorosa, que atestam o poema dedicado, às vésperas de sua execução em 1825, a certa mulher, a quem se dirige (...) e cartas às suas filhas, chamando-as "afilhadas⁸¹". Claro: não há novidade alguma em padres com filhos no século XIX. Caneca era mais um com tal característica.

Saiamos da vida pessoal de frei Caneca e percebamos os dias revolucionários de 1824. Evaldo Cabral de Mello escreveu: "a 12 de setembro de 1824, os soldados do imperador ocupavam o Recife, graças a uma bem-sucedida manobra de envolvimento capital, que contornou sua entrada meridional, pesadamente fortificada⁸²". E prosseguiu: "Como em (18)17, os restos do exército da Confederação, com os quais se achava frei Caneca, (...), só podiam marchar para o norte, rumo ao Ceará, que aderira entusiasticamente ao movimento". Complementou o autor: "Não chegaram a fazê-lo, sendo a 29 de novembro interceptados por um contingente imperial, que obteve sua rendição (...)"⁸³.

Depois disso, muita gente foi morta pela ação dos imperialistas, entre o Rio de Janeiro e o Recife. Manoel de Carvalho, como vimos, presidente da Confederação em Pernambuco, fugiu. Muitos dos que não fugiram, morreram no Recife, entre 1824 e 1825. Aqui nestas páginas, apenas trouxemos alguns exemplos que estão nos livros de óbitos de algumas paróquias e na historiografia.

Mas esse cenário de mortes não foi apanágio pernambucano: como é bem sabido, a Confederação do Equador se espalhou, como pólvora, pelo Ceará. Na

⁷⁸ Evaldo Cabral de Mello, "Frei Caneca ou a outra independência", in Evaldo Cabral de Mello (org.), *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, São Paulo: 34, 2001, pp. 11-47 (p. 11).

⁷⁹ Mello, "Frei Caneca ou a outra independência", p. 15.

⁸⁰ Mello, "Frei Caneca ou a outra independência", p. 13.

⁸¹ Mello, "Frei Caneca ou a outra independência", pp. 13-15.

⁸² Mello, "Frei Caneca ou a outra independência", p. 46.

⁸³ Mello, "Frei Caneca ou a outra independência", p. 46.

região do Cariri, por exemplo, as pessoas foram a óbito: por ódios antigos ou novos. Em outros pontos do Ceará dera-se o mesmo. Para quem escreve este texto, o que importa é mostrar um pouco mais do que já foi visto pela historiografia da Confederação, que fala das mesmas pessoas: sempre. Vejamos, agora, o que se passou no Ceará, a partir da narrativa sobre as mortes de nomes conhecidos ou desconhecidos que tomaram parte dos eventos de 1824.

O Ceará na Confederação do Equador

Quem consultar o livro de óbitos, que cobre o período de 1816 e 1855, da paróquia de Santo Antônio de Jardim, localidade cearense que faz fronteira com Pernambuco, encontrará dois registros seguidos, datados a 28 de setembro de 1824⁸⁴. Neste dia, foi dada sepultura, no interior da igreja matriz, de “grades abaixo”, ao corpo de Leonel Pereira de Alencar. Casado com Maria Xavier da Silva, Leonel morreu naquela mesma data. Era comum no século XIX que os sepultamentos ocorressem um dia após o falecimento. Nesse intervalo de tempo, ocorria o velório, quando orações eram pronunciadas, velas queimadas e comidas servidas aos familiares e amigos que cercavam o defunto, em ato de solidariedade e piedade cristã. Para os católicos, o velório era um dos rituais tidos como cruciais para a melhor integração do morto à “nova vida”, quando sua alma se encaminhava para o Céu, Purgatório ou Inferno⁸⁵.

Mas qual seria a razão da pressa em sepultar Leonel Pereira de Alencar? A resposta nos é dada pelo padre Ignácio da Cunha Serqueira, pároco interino de Jardim, quando registrou a causa mortis daquele: “assassinado”⁸⁶. Quando desse óbito, o Ceará vivenciava dias de tensão, especialmente na região do Cariri, sul da província, onde localizava-se a vila de Jardim. A adesão por parte das elites locais à Confederação do Equador levou à deflagração de um conflito armado. No cenário em que projetos políticos díspares confrontavam-se, sangue era derramado. Leonel Pereira de Alencar foi uma das vítimas do conflito. Aliás, ele não seria a única pessoa de sua casa, no dia 28 de setembro de 1824, a pagar com a vida pela adesão ao movimento. Consta no livro de óbitos de Jardim:

No mesmo dia(,) mês e ano(,) nesta Matriz(,) de grades abaixo(,) deu-se sepultura a Raimundo Pereira de Alencar(,) casado com Carlota de Alencar(,) assassinado(,) encomendado por mim, e para constar fiz este assento, em

⁸⁴ Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo, (DHDPH), Crato, *Livro de Óbitos da Paróquia de Santo Antônio de Jardim (1816-1855)*.

⁸⁵ Reis, *A morte é uma festa*, p. 114.

⁸⁶ DHDPH, *Livro de Óbitos da Paróquia de Santo Antônio de Jardim (1816-1855)*.

que me assinei. O Padre Ignácio da Cunha de Serqueira. Pró-Pároco.⁸⁷

Raimundo era filho de Leonel e o sobrenome dos dois os colocavam no centro do conflito: a família Alencar desempenhou papel destacado em 1817, quando aderiu à revolução iniciada em Pernambuco. Fixou-se na memória e foi registrada na historiografia, como na obra de Irineu Pinheiro, a cena do subdiácono José Martiniano de Alencar, “na Matriz de Crato, vestido de batina e roquete”, “armado de faca”, a proclamar a república no dia 3 de maio de 1817⁸⁸. Uma vez derrotada a revolução, vários membros da família foram presos, incluindo a matriarca, Bárbara de Alencar, sendo posteriormente anistiados. Em 1821, José Martiniano de Alencar figurou entre os deputados constituintes eleitos para as Cortes Gerais de Lisboa. Feita a Independência do Brasil, em 1822, os Alencar assumiram o apoio a Pedro I: Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, junto com o capitão mor de Crato, José Pereira Filgueiras, foi um dos líderes das expedições militares que destroçaram as resistências no Piauí e Maranhão à adesão ao Império⁸⁹. José Martiniano de Alencar, por sua vez, foi eleito para a Assembleia Constituinte, dissolvida pelo imperador no final de 1823. Em 1824, o clã Alencar mudou de lado mais uma vez: Tristão Gonçalves tornou-se o presidente do Ceará, liderando a Confederação do Equador na província. Portanto, os assassinatos registrados em Jardim decorriam da adesão dos Alencar ao movimento de 1824: Leonel Pereira de Alencar era tio dos irmãos Tristão e José Martiniano.

Pierre Théberge, francês radicado na cidade de Icó e um dos primeiros a escrever uma história dedicada à Província do Ceará, depois de ter passado a década de 1840 no Recife, narrou com detalhes os acontecimentos do dia 28 de setembro de 1824 na vila de Jardim. O pároco da localidade, padre Antônio Manuel de Sousa – conhecido realista, inimigo dos revoltosos de 1817, nome que, junto a Joaquim Pinto Madeira, liderou o conflito de 1831 e 1832, que se insurgiu contra a abdicação de Pedro I, opondo militarmente as vilas de Jardim e Crato – não estava na freguesia. Por ironia do destino, ele se encontrava em Pernambuco quando estourou a Confederação do Equador⁹⁰. Lembramos que os registros de óbitos de Leonel e Raimundo foram feitos pelo pároco interino, Ignácio da Cunha de Serqueira⁹¹, que alguns anos depois, em 1835, oficiou ao “Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Presidente” José Martiniano de

⁸⁷ DHDPH, *Livro de Óbitos da Paróquia de Santo Antônio de Jardim (1816-1855)*.

⁸⁸ Irineu Pinheiro, *José Pereira Filgueiras, Crato*: Tipografia Livraria Ramiro, 1952, p. 15.

⁸⁹ Pinheiro, *José Pereira Filgueiras*, p. 22.

⁹⁰ Pedro Théberge (Dr.), *Esboço histórico sobre a Província do Ceará (Tomo II)*, Fortaleza: Typ. Imparcial de Francisco Perdigão, 1875, p. 119.

⁹¹ DHDPH, *Livro de Óbitos da Paróquia de Santo Antônio de Jardim (1816-1855)*.

Alencar, à época na presidência da Província do Ceará, recordando “favores” que teria feito à “família Alencar, quando de sua prisão”⁹². Ao que parece, o padre Ignácio Serqueira cansou de ser “vigário interino”⁹³ de Jardim e esperava que o padre José Martiniano arranjasse uma colocação menos precária em alguma paróquia, como paga pelos “favores” feitos no passado, quando o grupo vivia dias pouco alvissareiros.

Retornemos aos lances de 1824. Segundo Théberge, se o padre Antônio Manuel de Sousa não estava em Jardim, ele tinha “seus discípulos” que “dominavam” a vila: “os imperialistas aproveitaram-se da ocasião para exercer cruéis vinganças particulares, especialmente contra os membros da família Alencar”⁹⁴. Foi nesse cenário que os destinos de Leonel e Raimundo foram selados. Antônio Francisco de Mello, procurador da Câmara de Jardim, com cerca de trezentos homens armados, tomou a vila no dia 28 de setembro, “vociferando contra os republicanos que eram pouco numerosos, e que havia pouco tinham chegado da capital (Fortaleza), onde haviam ido assistir ao Grande Conselho de 26 de agosto (quando a adesão à Confederação do Equador ocorreu)”⁹⁵. Uma vez conquistada a localidade, as casas dos inimigos foram cercadas e atacadas:

Leonel Pereira de Alencar, tio dos irmãos Alencares, foi cruelmente imolado por estes vândalos em pleno dia, e nos braços de sua própria família, em seu engenho, perto e à vista da Igreja Matriz: foi morto do mesmo modo seu filho Raimundo, o tenente coronel Bandeira, José da Costa Sósinho; e o padre Estevão Tavares Benevides; e, não contentes com o assassinio destas e de outras muitas vítimas, fizeram-se árbitros da vida e haveres de suas famílias, que se viram obrigadas a fugir de suas casas e a se esconderem⁹⁶.

Para exemplificar os suplícios vividos pelos familiares dos revoltosos mortos, Pierre Théberge narra o que ocorreu com Maria Xavier da Silva, a

⁹² Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fortaleza, Caixa de Correspondências Eclesiásticas, *Ofício do padre Ignácio da Cunha de Serqueira à Presidência do Ceará* (9 jan. 1835). Agradecemos ao padre Francisco Roserlândio de Sousa, diretor do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo, que gentilmente nos passou cópia digital com o resumo do ofício para uso neste artigo.

⁹³ APEC, Caixa de Correspondências Eclesiásticas, *Ofício do padre Ignácio da Cunha de Serqueira à Presidência do Ceará*, (9 jan. 1835).

⁹⁴ Théberge, *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, p. 119.

⁹⁵ Théberge, *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, p. 123

⁹⁶ Théberge, *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, pp. 123-124.

esposa de Leonel Pereira de Alencar. “A viúva de Leonel, em termos de ter o seu bom sucesso, fez-se aos matos, onde deu à luz à filha, que trazia nas entranhas; e, para escapar à sanha de seus inimigos, a abandonou aos cuidados de pessoas estranhas”⁹⁷.

Noticiados os eventos de Jardim, a reação dos adeptos da Confederação do Equador partiu do Crato. No dia 1 de outubro, tropa liderada por José Pereira Filgueiras, nas qual se encontravam José Martiniano de Alencar e o tenente coronel José Vitoriano Maciel, atacou “as guardas avançadas imperialistas; que mataram ou fizeram prisioneiros; e com estes entraram na vila (de Jardim), a qual ocuparam quase sem resistência”⁹⁸. Era a hora dos federalistas irem à desforra e promoverem a vingança:

Meteram os prisioneiros dentro de quadrados, e aí os espancaram até sucumbirem debaixo da roda de pau que lhes foi aplicada com vontade. Ao depois agarraram pelos pés os cadáveres ainda palpitantes, e arrastaram-nos até a Matriz, para dentro da qual os arremessaram a fim de serem sepultados. Nenhum dos prisioneiros escapou com vida; e entre eles morreu grande número de inocentes, e muitos dos assassinos do dia 28 de setembro⁹⁹.

Os fatos ocorridos em Jardim ilustram a violência que tomou o Ceará no ano de 1824. Em diversas localidades, as dissensões políticas levaram a conflitos muitas vezes fatais. Os relatos sobre mortes violentas aparecem nos livros paroquiais. Os registros da Matriz de Nossa Senhora da Penha de Crato dão conta de assassinatos naquela quadra por conta do conflito. A vinte de abril de 1824 “faleceu da vida presente o adulto José Damázio casado com Maria Francisca”. O falecido tinha 25 anos e partiu dessa vida “sem os sacramentos(,) d’um tiro”¹⁰⁰. Desde o começo do ano, as tensões e articulações revoltosas já tomavam as ruas do Crato. Em janeiro, José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves fizeram ecoar as notícias sobre a dissolução da Assembleia Legislativa, levando à Câmara Municipal de Crato a manifestar-se em 28 de fevereiro: “se os brasileiros continuarem incautos a cumprir tudo sem perscrutar coisas alguma farão primeiro (papel) de inocentes prisioneiros, seguindo todos a um sem presciência, e logo depois figuras de vis escravos”¹⁰¹. Em março,

⁹⁷ Théberge, *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, p. 124.

⁹⁸ Théberge, *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, p. 124.

⁹⁹ Théberge, *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, p. 125.

¹⁰⁰ DHDPH, *Livro de Matrimônio e Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha de Crato (1819-1834)*, fl. 72v.

¹⁰¹ Irineu Pinheiro. *Efemérides do Cariri*, Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963, p. 76.

chegava em Crato, após passagem por Recife e Fortaleza, José Martiniano de Alencar, trazendo informações “da reunião do Grande Conselho que empossara Manuel de Carvalho Paes de Andrade como presidente (de Pernambuco) e que exigia uma nova Constituinte”¹⁰².

O assassinato de José Damázio ocorreu, portanto, no calor da trama revoltosa. Ela deu-se apenas 9 dias antes de Tristão Gonçalves - com uma tropa em que se incluíam indígenas das vilas de Arronches e Messejana - depor Pedro José da Costa Barros, presidente da província nomeado por Pedro I¹⁰³. No segundo semestre, especialmente entre agosto e novembro, os embates se intensificaram. Não por acaso, novos assassinatos seriam registrados em Crato. Como exemplo disto, podemos citar o caso de Vitorino Bandeira, de vinte cinco anos, que a 30 de agosto de 1824, “faleceu da vida presente” por conta “de um tiro”¹⁰⁴. Também “de um tiro” morreu José Joaquim, viúvo, “com idade de quarenta anos”, a 25 de outubro¹⁰⁵.

Não sabemos de que lado do conflito estavam José Joaquim, José Damázio e Vitorino Bandeira. Todavia, outras mortes e posições políticas foram melhor documentadas. Irineu Pinheiro registrou o fim trágico de Inácio Tavares Benevides, responsável por lavrar ata em que narrava “os acontecimentos do movimento revolucionário”¹⁰⁶ em Crato de 1817. Em 1824, mais uma vez participando de uma revolta, Benevides foi “preso por inimigos imperialistas nas ‘caatingas’ de Pernambuco”. Foi então levado a Jardim, onde foi “espancado a cacete, amarrado e lançado enfim às chamas de uma fogueira”¹⁰⁷. Talvez o papel simbólico de Benevides em 1817 explique a brutalidade com que foi tratado no momento derradeiro.

Nos anos seguintes à esta revolução, as elites cearenses voltaram a se chocar, especialmente quando dos debates em torno do constitucionalismo e da independência. O historiador Reginaldo Araújo destacou como 1824 não deixou de ser “um momento onde os grupos locais encontraram uma bela justificativa para eliminar inimigos e vingarem-se dos rancores aprofundados durante o constitucionalismo vintista e o processo de independência”¹⁰⁸.

¹⁰² João Paulo Peixoto Costa. “Os índios do Ceará na Confederação do Equador”. *Revista Brasileira de História*, vol. 37, n. 75, 2017, pp. 145-167 (p. 148), <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-06>.

¹⁰³ Costa, “Os índios do Ceará na Confederação do Equador”, p. 148.

¹⁰⁴ DHDPH, *Livro de Matrimônio e Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha de Crato (1819-1834)*, fl. 75.

¹⁰⁵ DHDPH, *Livro de Matrimônio e Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha de Crato (1819-1834)*, fl. 76.

¹⁰⁶ Pinheiro, *José Pereira Filgueiras*, p. 16.

¹⁰⁷ Pinheiro, *José Pereira Filgueiras*, p. 16.

¹⁰⁸ Reginaldo Alves de Araújo, “A parte no partido: relação de poder e política na formação do Estado Nacional Brasileiro, na província do Ceará (1821-1841)”, Tese (Doutorado em História),

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, em relato que escreveu sobre a expedição que realizou ao Ceará em 1824, fugindo das tropas estacionadas no Recife, testemunhou o morticínio a tomar o sertão, com os cearenses revoltosos ultrapassando inclusive os limites da província, muitas vezes sem as condições mínimas para o confronto com os imperialistas. Em certo lugar da fronteira de Pernambuco com o Ceará, viu o frade carmelita o seguinte cenário:

Ao entrar em um lugar chamado Juazeiro, ou por outro nome Cajus Novos, encontramos o campo, casa e curral cheios de cadáveres, que se avaliaram em cento e cinquenta; e soubemos que tinha sido da guarda avançada do (José Pereira) Filgueiras, comandada pelo capitão Maxy (Maximiano Rodrigues dos Santos), homem de grande coragem, porém sôfrego e imprudente, que não querendo esperar que se municiasse a sua gente, por julgar talvez que o inimigo fugisse dele só pelo seu corajoso aspecto, e não por temer as armas, adiantou-se levando unicamente cada soldado três cartuchos embalados; mas que aconteceu, que ao chegar aquela fazenda, entretendo-se os soldados a dar o saque na casa, os inimigos que estavam de emboscada, saindo rapidamente por todos os lados, cercaram-nos, e como pressentissem que se lhes tinha acabado o cartuchame, carregaram sobre eles com toda as forças, e foram os matando até a baioneta. A tropa do animoso Maxy resistiu o quanto lhes foi possível, e também derrotou a muitos dos inimigos; porém sucumbiu à grande força, e morreu quase toda, escapando bem poucos. Tal nos contaram a história desta lamentável catástrofe¹⁰⁹.

A situação dos adeptos da Confederação no Ceará piorou ao longo dos meses de outubro. A chegada de tropas enviadas pelo imperador, lideradas pelo lorde inglês Thomas Alexander Cochrane, rendeu imediatamente os revoltosos que se encontravam em Fortaleza. Tristão Gonçalves - presidente revolucionário do Ceará - estava com parte da força em Aracati, e deixou José Félix de Azevedo e Sá em seu posto, como substituto, na capital. Sá não ofereceu resistência a Cochrane: pelo contrário, traiu Tristão Gonçalves, aliando-se ao mercenário

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018, p. 269, <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/34411>.

¹⁰⁹ Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, "Itinerário que fez Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, Sahindo de Pernambuco a 16 de setembro de 1824, para a província do Ceará Grande", in Evaldo Cabral de Mello (org.), *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: 34, 2001, pp. 567 – 606 (p. 595).

inglês, em troca da promessa de anistia imperial¹¹⁰.

A 31 de outubro de 1824, Tristão Gonçalves e o que restava de seus homens encontraram o fim, nas proximidades do povoado de Santa Rosa. A forma como o corpo do irmão de José Martiniano de Alencar foi vilipendiado exemplifica aquilo que vamos tratando neste artigo. Irineu Pinheiro reproduziu relato feito de punho pelo tenente-coronel Tomás Lourenço da Silva Castro:

Quem escreve estas linhas viu seu cadáver (de Tristão) em pé, recostado sobre uma jurema. Seco e esmirrado estava ele, o peito varado por uma bala, que se via de um a outro lado como por um óculo, os braços abertos, a mão direita golpeada ficando suspensa e caído por terra, e com outro golpe sobre a nuca. Nessa ocasião presenciaram não menos de trezentas pessoas o Ajudante de Fortaleza, e depois Capitão J. P. L. pegar-lhe na mão cutilada e pronunciar com todo cinismo as seguintes palavras: V. Excia. com esta mão que assinou a sentença para ser eu fuzilado? Empunhado uma grande faca, com a ponta dela lança em terra o cadáver e depois pegando no mesmo cadáver o coloca no lugar em que estava. Não satisfeito ainda, custa a crer, corta-lhe o resto do membro!¹¹¹

Como podemos perceber, a reação à Confederação do Equador, partindo do Estado Imperial, foi sanguinolenta. Não só através desta esfera do poder; mas os próprios sujeitos pró e contra a revolução se engalfinharam e se provocaram em lutas terríveis. As vidas pareciam não ter muito valor ante o desejo de poder.

A força e fragilidade da memória: à guisa de considerações finais

No ano de 1949, a escritora Rachel de Queiróz publicou uma crônica de tom melancólico. Nela, a autora recordava uma visita ao Cemitério de São João Batista, em Fortaleza. Ali, deparou-se com a seguinte lápide: “Aqui jaz Ana Triste de Araripe, viúva de Tristão (Gonçalves) de Alencar Araripe, Presidente do Ceará na Confederação do Equador em 1824. Nasceu em 1789 e morreu em 1874¹¹²”. A família, ao depositar o corpo da esposa de Tristão, fazia questão de

¹¹⁰ Araújo, *A parte no partido*, p. 270.

¹¹¹ Pinheiro, *Efemérides do Cariri*, pp. 83-84.

¹¹² Rachel de Queiroz, *Cem crônicas escolhidas: um alpendre, uma rede, um açude*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 2021, p. 137.

lembrar como aquela mulher enviuvou. Marcava, naquele espaço fúnebre, a memória familiar das lutas da Confederação do Equador no Ceará. Mas, a lápide não terminava por ali. Ainda dizia: “Dilexit patriam et virtutem coluit”. Traduzida livremente, a frase diz: “Ela amava seu país e adorava a virtude”. Aquela pedra tumular encerrava uma mulher que após a trágica morte do marido fechou-se para o mundo, ao ponto de assumir o sobrenome “Triste”, ante a sociedade que a cercava, de políticos e fazendeiros. Era a memória de 1824 que ecoava na tumba ali existente.

Não só o Cemitério São João Batista se fez espaço de memória da Confederação do Equador em Fortaleza. O local onde foram executados, em 1825, os condenados pela participação na revolta tornou-se a “Praça do Mártires”. As narrativas sobre as cenas dramáticas que tiveram o local como palco atravessaram gerações, especialmente as envolvendo o padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque Melo Mororó, morto em 30 de abril de 1825. Às vésperas do centenário da execução, o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, narrou o que seriam os momentos derradeiros do padre revolucionário. Ante a oferta de uma venda, que lhe tapasse a vista da hora dos disparos, o sacerdote teria a recusado: “Quero ver de olhos abertos como é isso”¹¹³, disse, alteroso. Na sequência, Mororó, “cruzando as duas mãos sobre o peito”, na altura do coração, indicara: “O alvo é este. Tiro certo! Já! Já!”. Descarregados os tiros, “o padre caiu sem vida. Junto ao corpo três dedos palpitavam ensanguentados. As balas tinham-lhe decepados aqueles três dedos”¹¹⁴.

Já no Recife, o busto de frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca O. Carm., estacionado entre o forte das Cinco Pontas e a Igreja de São José lembra o martírio do religioso em 1825. As narrativas da morte do Caneca são mais dramáticas que as de Mororó, que com o frade carmelita dividia o fato de ser religioso e um divulgador, via imprensa, das ideias da revolução. Barbosa Lima Sobrinho contou, a partir do texto escrito por uma testemunha da ação (Fernando José Martins), que Caneca foi paramentado como para celebrar a missa: vestes civis, sobre elas, o hábito carmelita, sobrepeliz, amito, estola cruzada sobre o peito, cíngulo, manípulo e casula. Aos poucos, foram depondo os paramentos, ficando apenas em pobres vestes civis. Depois, o vestiram com a túnica branca reservada aos condenados. Após cenas entre a Igreja de Nossa Senhora do Terço e o Forte das Cinco Pontas, Caneca foi executado¹¹⁵. Era 13 de janeiro de 1825 quando o arcabuz soou o tiro sobre aquele religioso. Até hoje não se sabe onde ele foi sepultado. Se não há um túmulo onde seus ossos possam ser achados, o busto em bronze no forte das Cinco Pontas busca perenizar na

¹¹³ *A Noite*, Rio de Janeiro, 29 abri. 1924, p. 1.

¹¹⁴ *A Noite*, 29 abri. 1924, p. 1.

¹¹⁵ Sobrinho, *Pernambuco*, p. 259.

lembrança o martírio de Caneca.

Todavia, aos 22 de agosto de 2022, os jornais do Recife noticiavam o roubo da obra de arte em bronze, que estava lá desde a década de 1980¹¹⁶. A Praça Frei Caneca é um local de passagem. Pouca gente na cidade prestava a devida atenção ao monumento. Os textos dos jornais fizeram os cidadãos voltarem-se para aquele problema. No dia 29 de agosto de 2023, o prefeito do Recife, João Campos, anunciava¹¹⁷ em suas redes sociais que mandava colocar novo busto no mesmo lugar do anteriormente roubado.

É importante que percebamos: os pontos de memória são negligenciados não apenas pelas autoridades; mas pela própria população, que precisa ser colocada em contato com os inúmeros lugares e acontecimentos da sua própria história. A efeméride dos 200 anos da Confederação do Equador pode ser uma oportunidade para melhor conscientizar e trabalhar a história de Pernambuco, do Ceará e do Brasil junto a todas as pessoas, afinal, como demonstramos ao longo deste artigo, o conflito marcou consideravelmente o cotidiano daquele período, opôs sujeitos históricos e seus projetos políticos, desaguou em sangue e teve repercussão longa na história e memória brasileira. Além disso, a Confederação do Equador ajudou a pensar o jovem Estado Nação que ia se formando.

¹¹⁶CBN, Recife, 22 ago. 2022, disponível em www.cbnrecife.com/artigo/busto-de-frei-caneca-e-roubado-de-praca-no-bairro-de-sao-jose, acesso em 5 mai. 2024.

¹¹⁷Facebook de João Campos, Recife, 29 ago. 2023, disponível em <https://www.facebook.com/watch/?v=961731214889998>, acesso a 5 de mai. 2024.

Referências bibliográficas

Barbosa Lima Sobrinho, *Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador*, Recife: CEPE, 2022.

Carlo Ginzburg, “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, in Carlo Ginzburg, Enrico Castelnuovo e Carlo Poni (orgs.), *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa: Difel, 1989, pp. 169-178.

David Eltis e David Richardson, *Atlas of the transatlantic slave trade*, New Haven & Londres: Yale University Press, 2010.

Evaldo Cabral de Mello, *A Ferida de Narciso: ensaio de história regional*, São Paulo: Senac, 2001.

Evaldo Cabral de Mello, *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, São Paulo: Editora 34, 2004.

Irineu Pinheiro, *José Pereira Filgueiras*, Crato: Tipografia Livraria Ramiro, 1952.

Irineu Pinheiro. *Efemérides do Cariri*, Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

João Armitage, *História do Brasil*, Brasília: Senado Federal, 2011.

João José Reis, *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

João Paulo Peixoto Costa. “Os índios do Ceará na Confederação do Equador”. *Revista Brasileira de História*, vol. 37, n. 75, 2017, pp. 145-167, <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-06>.

Joaquim Dias Martins (Pe.), *Os mártires pernambucanos de 1710 e 1817*, Recife: CEPE, 2022.

Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho, “O Brasil da Independência a meados do século XIX”, in Leslie Bethell, *História da América Latina: da Independência a 1870 (Vol. III)*, São Paulo: Edusp, 2009.

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. “A vida política”, in Alberto da Costa e Silva (org.), *Crise Colonial e Independência (1808-1830)*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 75-113.

Luís Henrique Dias Tavares, *História da Bahia*, São Paulo: Unesp, 2020.

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, *Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife (1822-1850)*, Recife: Editora da UFPE, 2010.

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, “Movimentos sociais em Pernambuco”, in Keila

Grinberg e Ricardo Sales (orgs.), *O Brasil Imperial. 1831-1870, (Vol. II)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 121-183.

Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, Belo Horizonte: Garnier, 2021.

Maria Regina Celestino de Almeida e Vânia Maria Losada Moreira, "Os povos indígenas e a formação do Estado Nacional brasileiro", in Vânia Maria Losada Moreira, Mariana Albuquerque Dantas et al., *Povos indígenas, Independência e Muitas Histórias*, Curitiba: CRV, 2022, pp. 123-148.

Mariana Albuquerque Dantas, "Indígenas na Independência em Pernambuco: atualização política e Estado Nacional", in Vânia Maria Losada Moreira, Mariana Albuquerque Dantas et al., *Povos indígenas, Independência e Muitas Histórias*, Curitiba: CRV, 2022, pp. 451-474.

Paulo Henrique Fontes Cadena, "O vice-rei: Pedro de Araújo Lima e a governança do Brasil no século XIX", Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018, <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30700>.

Pedro Théberge (Dr.), *Esboço histórico sobre a Província do Ceará (Tomo II)*, Fortaleza: Typ. Imparcial de Francisco Perdigão, 1875.

Reginaldo Alves de Araújo, "A parte no partido: relação de poder e política na formação do Estado Nacional Brasileiro, na província do Ceará (1821-1841)", Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018, <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/34411>.

Artigo recebido em 02-09-2024. Aceito para publicação em 21-10-2024.

Citação: Jucieldo Ferreira Alexandre e Paulo Henrique Fontes Cadena, "“Morreu d’um tiro”, “assassinado”: vidas e mortes em Pernambuco e Ceará nos idos de 1824”, *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 42, (2024), pp. 1-29.

Contato dos autores: Jucieldo Ferreira Alexandre: jucieldoalexandre@gmail.com; Paulo Henrique Fontes Cadena: cadenapaulo@gmail.com.